



Senado aprova regras de pensão por morte e do auxílio-doença



O Plenário do Senado durante a votação da medida provisória: novas regras para o auxílio-doença e a pensão por morte

Mudanças fazem parte de medida provisória do ajuste fiscal do governo e agora vão para a sanção. Texto prevê a implantação da regra 85/95 para as aposentadorias como alternativa ao fator previdenciário

De acordo com as regras aprovadas ontem pelo Plenário, a pensão por morte só poderá ser concedida ao viúvo que tiver vivido por pelo menos dois anos com o cônjuge em casamento ou união estável. O objetivo é evitar casamentos de fachada, celebrados apenas com o objetivo de garantir a

pensão. Hoje não há tempo mínimo de união exigido. Além disso, a pensão vitalícia será concedida só ao viúvo que tiver mais de 44 anos. Abaixo dessa idade, a pensão será temporária. O texto aprovado prevê a flexibilização do fator previdenciário. Os senadores temem que Dilma vete esse ponto. **3**

Com 52 apoios, Romário protocola pedido de criação da CPI da CBF 8

Avança texto que garante transporte de órgãos para transplante 7

Nome para direção da Agência Nacional de Transportes vai ao Plenário 6

Combater pirataria é objetivo de nova frente parlamentar no Congresso 4

Jefferson Rudy/Agência Senado



No encontro com prefeitos, Renan defendeu a revisão do pacto federativo e classificou de embuste fiscal o ajuste do governo

Renan: projetos que favorecem municípios terão prioridade

O compromisso do presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciado na 18ª Marcha dos Prefeitos, é acelerar a votação de propostas que garantam os repasses feitos pela União. Ontem foi instalada a comissão especial do pacto federativo. **5**

Cortes contribuem com o ajuste, diz ministro

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, disse ontem na Comissão Mista de Orçamento que os cortes anunciados pelo governo ajudam a equilibrar as contas públicas. Ele também avaliou que a alta de juros é um mal necessário e temporário para controlar a inflação. **5**

Nelson Barbosa nega que o governo esteja estudando a criação de imposto para aumentar arrecadação



Jane de Araújo/Agência Senado

Proposta dá mais proteção a terceirizados 4

Crise poderá suspender contrato de trabalho 4



Portal da Transparência

É simples pesquisar

Ficou mais simples pesquisar e mais fácil entender. Visite o portal: www.senado.leg.br/transparencia

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.



Proposta prevê cota para idoso em habitação popular

De acordo com projeto, que agora precisa passar por segunda votação em comissão, pessoas com 60 anos ou mais terão direito a 6% das unidades. Texto prevê que 3% sejam para idosos de baixa renda

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um substitutivo ao PLC 52/2011, que destina aos idosos a cota de 6% das unidades habitacionais de programas governamentais de moradia. Pelo menos 3% devem ser destinados aos idosos de baixa renda (renda familiar de até três salários mínimos). A proposta ainda precisa ser submetida a turno suplementar de votação na comissão.

Várias alterações foram propostas ao longo da tramitação no Senado, consolidadas na emenda substitutiva do relator na CAS, Marcelo Crivella (PRB-RJ). O texto da Câmara previa a reserva de 3% das vagas apenas para idosos (com idade igual ou superior a 60 anos) de baixa renda, alterando o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), que a assegura indistintamente a todos os idosos. No novo texto, isso foi corrigido, por sugestão de Paulo Paim (PT-RS).

— É uma coisa justa, para que os idosos tenham preferência, como ocorre hoje em vagas

de estacionamento, em fila de banco — afirmou Crivella.

Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), os senadores haviam mantido a reserva de residências em todos os programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, e não apenas nas obras financiadas com recursos do Orçamento da União, como propunha o projeto original. Foi garantida a prioridade na

ocupação do pavimento térreo dos edifícios, para amenizar as dificuldades de locomoção encontradas nessa faixa etária.

Vários senadores elogiaram a iniciativa, da ex-deputada Iris de Araujo. Marta Suplicy (sem partido-SP) lembrou que inúmeros idosos hoje não são cuidados pela família ou são solitários. Para Benedito de Lira (PP-AL), a proposta tem um significado “extraordinário”.



O senador Paulo Paim, que propôs mudança no projeto para beneficiar pobres

Projeto exclui Incra de parcelamento de solo urbano

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou o PLS 388/2014, de Acir Gurgacz (PDT-RO), que suprime a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no parcelamento do solo urbano.

O relatório pela aprovação foi redigido por Romero Jucá (PMDB-RR) e lido na comissão por Elmano Férrer (PTB-PI). A

proposta será analisada agora pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

— Não cabe à União aprovar qualquer tipo de parcelamento de solo destinado à formação de núcleos urbanos. É inconstitucional — diz Gurgacz, para quem o texto deixa clara a competência municipal na questão.

Segundo ele, a norma atual é

anterior à Constituição de 1988.

— O afastamento do Incra fortalece o município e contribui para a agilização de projetos de loteamento. Coíbe a ocupação irregular.

Disse Jucá, o relator:

— A formação de núcleos urbanos em zona rural, à margem de uma política municipal, é uma anomalia que põe em risco o planejamento urbano.

Transparência é destaque em evento do Interlegis

A busca pela transparência de câmaras de vereadores e assembleias legislativas de todo o país foi ontem tema central da abertura, no Senado, do 7º Encontro Nacional do Gitec (Grupo Interlegis de Tecnologia).

O evento reúne até amanhã cerca de 150 profissionais da área de tecnologia da informação de Casas legislativas brasileiras, além de parlamentares, na sede do Interlegis — o programa de modernização do Legislativo desenvolvido pelo Senado desde 1997.

Thiago Cortez Costa, da Secretaria da Transparência do Senado e um dos responsáveis pela criação do Índice de Transparência do Legislativo, avaliou que as ferramentas disponibilizadas gratuitamente pelo Interlegis possuem uma estrutura que



Rebouças, do ILB, fala na abertura ao lado de João Henrique Gouveia, do Interlegis

lhes permite alcançar nota 10 em transparência.

Costa e o também servidor Marcos Ruben de Oliveira mostraram que o Índice de Transparência pode ser usado para medir como os portais de internet das Casas legislativas atendem a exigências da Lei de Acesso à Informação e a demandas da sociedade.

Um dos testes para verificação do índice foi justamente com o Portal Modelo, que permite a câmaras e assembleias

criarem páginas na internet. Desenvolvida pelo Interlegis, a ferramenta demonstrou “transparência máxima”.

Helder Rebouças, diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão gestor do Interlegis, destacou a necessidade de desenvolvimento de indicadores para as diversas dimensões do trabalho das Casas legislativas.

Conheça mais sobre o Interlegis:
<http://bit.ly/cidadania514>

STF permite a senador que trocar de partido a manutenção do mandato

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a perda do mandato em razão de mudança de partido não se aplica a candidatos eleitos pelo sistema majoritário, porque violaria a soberania popular. A decisão foi comunicada ao Plenário ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

O STF julgou inconstitucionais dispositivos de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que aplicavam ao eleito em pleito majoritário (senador, prefeito, governador e presidente da República) as regras para eleito em eleição proporcional (vereador e

deputado estadual e federal). Os ministros entenderam que esses cargos pertencem à pessoa eleita, e não ao partido.

— Quero cumprimentar a senadora Marta. A decisão do Supremo interessa particularmente a esta Casa — destacou Renan.

A decisão beneficia Marta Suplicy (sem partido-SP), que se desfilou do PT em abril. O partido apresentou ação no TSE para transferir o mandato ao segundo suplente, Paulo Frastechi. Marta comemorou a decisão do STF, que, para ela, privilegia o voto, principal instrumento da democracia.

(Com informações do STF)

Mudanças na Lei de Arbitragem entram em vigor

A presidente Dilma sancionou, com dois vetos, a Lei 13.129/2015, que reformula a Lei de Arbitragem. As regras entram em vigor em 60 dias. A iniciativa de atualizar a lei foi de Renan Calheiros, que criou comissão de juristas para elaborar o anteprojeto.

A lei amplia a aplicação da arbitragem, método extrajudicial de solução de conflitos, para reduzir o volume de processos que chegam à Justiça.

Foram vetados dispositivos sobre arbitragem no contrato de adesão e no contrato individual de trabalho.

Entidade de autogestão de saúde ganha regra

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.127/2015, que autoriza operadoras de planos de saúde na modalidade de autogestão, integrantes de entidades executoras de outras atividades, a continuar funcionando sem a necessidade de constituir nova empresa específica para a área de saúde.

O texto favorece entidades que exercem a autogestão de planos de saúde, que ficam dispensadas de criar pessoas jurídicas independentes.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Ministro Patrus Ananias

8h Audiência com ministro do Desenvolvimento Agrário sobre as metas da pasta.

CDH Aborto

9h Audiência pública interativa debate a Sugestão 15/2015, que regula a interrupção voluntária da gravidez.

CMA Sistema S

9h Audiência interativa discute eficiência das entidades que compõem o Sistema S.

INTERLEGIS Tecnologia

9h O Interlegis promove o 7º Encontro Nacional de Tecnologia.

CPI Assassinato de Jovens

9h30 A comissão se reúne para analisar requerimentos.

PLENÁRIO MP 668

10h Sessão extraordinária para votar a MP, que aumenta taxas sobre importações.

PRESIDÊNCIA Sessão extraordinária

10h Renan preside ordem do dia. Às 11h30, recebe ministro do STJ Luis Felipe Salomão e Flávio Caetano, do Ministério da Justiça.

Às 19h, sessão no TSE comemora 70 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral.

CE Lúpus

10h Audiência interativa sobre Dia Internacional de Atenção à Pessoa com Lúpus.

CRE Mauro Vieira

10h Audiência interativa com ministro das Relações Exteriores debate violações de direitos na Síria e no Irã.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **audiência da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mudanças previstas em medida provisória, que fazem parte do ajuste fiscal e agora serão sancionadas pela presidente, abrangem também a concessão do auxílio-doença

Senado aprova novas regras de pensão por morte

O SENADO APROVOU ontem a Medida Provisória (MP) 664/2014, que altera as regras para a concessão do auxílio-doença e da pensão por morte, impondo carências e tempo de recebimento conforme a idade do beneficiário. A MP faz parte do pacote de ajuste fiscal do governo e vai para a sanção presidencial.

O texto-base é o relatório do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), aceito pelo relator no Senado, Telmário Mota (PDT-RR), com três emendas da Câmara: alternativa ao fator previdenciário (*leia texto abaixo*), regulamentação da pensão por morte para pessoas com deficiência e exclusão do prazo de pagamento sobre o auxílio-doença.

Para o líder do PT, Humberto Costa (PE), o relatório conseguiu eliminar a possibilidade de prejuízo aos trabalhadores. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), ex-ministro da Previdência, afirmou que votou a favor da proposta por considerá-la “uma minirreforma da previdência social do Brasil”:

— O Brasil é dos poucos países onde não há carência do número de contribuições para se ter direito à pensão.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), acusou a medida de prejudicar as viúvas e os trabalhadores com problemas de saúde. O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que o governo transferiu a conta dos seus erros para os trabalhadores:

— O governo do PT quer escolher a data da morte das pessoas e a idade em que devem escolher seus parceiros, mesmo dentro de um regime de contribuição.

A MP prevê regras mais duras para a concessão da pensão por morte, determinando que o direito só seja concedido ao cônjuge que comprove



Os senadores durante a sessão em que o Plenário aprovou a medida provisória do ajuste fiscal

no mínimo dois anos de casamento ou união estável. A intenção é evitar casamentos armados com pessoas prestes a morrer. Atualmente, não há exigência de período mínimo de relacionamento.

O texto do relator mantém a exigência de 18 contribuições ao INSS e (ou) ao regime próprio de servidor para o cônjuge receber a pensão por um tempo maior. Se não forem cumpridos esses requisitos, poderá receber a pensão por quatro meses. A MP original não permitia esse curto período de benefício.

Apenas o cônjuge com mais de 44 anos terá direito à pensão vitalícia. A intenção é acabar com a vitaliciedade para os viúvos jovens. Para quem tiver menos, o período de recebimento da pensão varia de 3 a 20 anos.

Outra exceção à regra geral da pensão por morte é para o segurado que morrer por acidente de qualquer natureza ou doença profissional ou do trabalho. Mesmo sem as 18 contribuições e os 2

anos de casamento, o cônjuge poderá receber a pensão por mais de 4 meses, segundo as faixas etárias, ou por invalidez ou por ter deficiência.

Foi mantida a regra atual para o pagamento do auxílio-doença: as empresas pagam os primeiros 15 dias de afastamento do trabalhador e o governo federal paga o período restante. A proposta original era que a responsabilidade pelo pagamento dos primeiros 30 dias do benefício

fosse do empregador.

O cálculo para limitar o valor do auxílio-doença será feito segundo a média aritmética simples dos últimos 12 salários de contribuição. Fica proibido o pagamento desse auxílio ao segurado que se filiar ao Regime Geral da Previdência Social com doença ou lesão apontada como causa para o benefício, exceto se a incapacidade resultar da progressão ou agravamento dela.

Segundo o texto aprovado, a perícia médica para a concessão dos benefícios da Previdência não será mais exclusiva dos médicos do INSS. Nos locais onde não houver perícia do INSS ou se o órgão não for capaz de dar um atendimento adequado aos usuários, a perícia poderá ser realizada em órgãos e entidades públicos que integrem o Sistema Único de Saúde (SUS) ou por entidades privadas vinculadas ao sistema sindical e outras de “comprovada idoneidade financeira e técnica”.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o que considera terceirização dos peritos médicos. Na opinião de Walter Pinheiro (PT-BA), a medida acabará com todo tipo de manipulação, o que seria uma luta da categoria.

Confira as mudanças

	ANTES DA MP 664/2014	DEPOIS DA MP 664/2014
Carência (tempo de contribuição)	Não existe	18 meses no mínimo
Carência (tempo de casamento ou união)	Não existe	2 anos no mínimo
Duração do benefício (conforme idade do cônjuge ou companheiro)	Vitalício	<ul style="list-style-type: none"> ■ até 21 anos: 3 anos ■ 21 a 26: 6 anos ■ 27 a 29: 10 anos ■ 30 a 40: 15 anos ■ 41 a 43: 20 anos ■ maior que 44: vitalícia
Valor do benefício	100% (até o teto do INSS)	Valor integral rateado pelos dependentes

Senadores flexibilizam fator previdenciário, mas temem veto de Dilma

O “fim” do fator previdenciário foi apoiado pela grande maioria dos senadores. Previsto no projeto aprovado ontem no Senado, ele vai agora para a sanção presidencial. A regra 85/95, alternativa ao fator, prevê que a mulher poderá se aposentar quando a soma de sua idade com o tempo de contribuição for 85. No caso do homem, o resultado dessa soma deve ser 95. Com essa fórmula, a aposentadoria seria integral em relação ao salário de contribuição.

Para os professores, a soma deve ser 80 para as mulheres e 90 para os homens.

Caso o trabalhador decida se aposentar antes, o benefício continuará sendo reduzido pelo fator previdenciário.

Até mesmo senadores da base do governo defenderam uma alternativa ao fator, como Paulo Paim (PT-RS). Ele disse que, se houver veto presidencial ao dispositivo, ele defenderá a derrubada do veto pelo Congresso:

— O fator previdenciário só atinge o andar de baixo, aqueles do Regime Geral da Previdência. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário, cujo teto é de R\$ 33 mil, não pegam o fator previdenciário. Pega é quem ganha R\$ 3 mil, R\$ 4 mil.

O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), afirmou que o governo não tem posição oficial sobre um possível veto à flexibilização do fator.

— A orientação para a base aliada no Senado foi de votar o PLV 4/2015 do jeito que veio da Câmara, mas a Presidência ainda estuda se haverá ou não veto ao artigo que trata do tema.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a mudança aprovada ainda não é a ideal, mas vai permitir uma flexibilização em relação ao atual fator previdenciário:

— Lembro que o PT votou em peso contra o fator previdenciário na criação [em 1999]. Passados 16 anos, não fez absolutamente nada para extinguir algo que penalizava os trabalhadores.

Dúvida sobre compromisso

A maioria dos senadores opositores colocou em dúvida “o nível do compromisso” da presidente Dilma Rousseff em não vetar uma decisão tão importante dos congressistas, nas palavras do líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB).

Aécio Neves (PSDB-MG) disse ter certeza do veto e pediu que os parlamentares votem pela derrubada do veto de maneira unânime quando o dispositivo for apreciado pelo Congresso.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a população não aceita mais a continuidade do fator previdenciário. Ele disse que a presidente Dilma terá uma nova chance de

“demonstrar sensibilidade” sancionando o texto aprovado pelo Parlamento:

— O Senado já acabou há bastante tempo com o fator previdenciário. Agora essa decisão é refeita na Câmara. O que não pode continuar é o fator previdenciário a punir a população e a desvalorizar, com o tempo, as aposentadorias dos brasileiros. Se houver um veto, vamos analisar o veto. A expectativa de todos nós, congressistas, é de que esse veto, se houver, seja derrubado.

Ao final da votação, Renan elogiou o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), autor da emenda que flexibiliza o fator previdenciário, e voltou a pedir sensibilidade da presidente da República:

— No momento em que mando o texto para a sanção presidencial, quero repetir que a presidente da República tem uma nova oportunidade para não vetar alternativa ao fator previdenciário. Se ela vetar, ela estará preferindo dar uma “pedalada” no aposentado.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), disse que o governo estava “jogando” com a alternativa ao fator previdenciário para aprovar outros itens da MP.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que a decisão de vetar ou não a flexibilização do fator previdenciário será da presidente, depois de analisados os impactos nas contas do governo.

Redutor foi criado em 1999 para inibir aposentadoria precoce

No Brasil, o requisito básico para entrada na aposentadoria é a idade. Os homens podem se aposentar aos 65 anos. As mulheres, aos 60. Uma segunda regra permite que muitos se aposentem antes. É o tempo de contribuição com o INSS. Os homens, após contribuir por 35 anos. As mulheres, após 30.

A segunda regra foi elaborada para beneficiar as pessoas que começaram a vida profissional cedo. Evita que sejam forçadas a trabalhar anos demais. Seria irretocável se não fosse por um senão. A aposentadoria fica consideravelmente mais baixa do que o salário da ativa — 30%, em média. No pior cenário, a renda do aposentado encolhe 50%.

O desconto brutal é provocado pelo fator previdenciário, uma fórmula instituída em 1999, no governo FHC, para desestimular as aposentadorias precoces. Quanto mais longe da idade mínima (65 ou 60 anos) a pessoa se aposenta, mais pesada é a mão do fator.

Nelson Barbosa disse na Comissão Mista de Orçamento que o ciclo de alta nos juros é temporário e negou intenção de criar imposto

Ministro do Planejamento defende ajuste fiscal e cortes orçamentários

O AUMENTO DA taxa básica de juros da economia (Selic) é um remédio necessário para conter a inflação neste momento, disse ontem o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. Ele garantiu, porém, que esse ciclo de alta, iniciado pelo Banco Central no ano passado, será temporário. A taxa Selic está atualmente em 13,25% ao ano.

Barbosa participou de audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o contingenciamento anunciado pelo governo na semana passada. Segundo ele, a prova de que a alta de juros é um mal necessário é que as apostas do mercado para a inflação nos próximos anos são menores do que o percentual atual — 8,17% em 12 meses encerrados em abril, segundo o IBGE.

O ministro também negou que o governo esteja estudando a criação de um imposto para incrementar a arrecadação, que vem caindo. Questionado sobre a possibilidade de recriação da CPMF, ele explicou que o esforço do Executivo é de fortalecer os impostos que já existem.



Ao lado da senadora Rose de Freitas (D), Nelson Barbosa apresenta perspectivas econômicas a senadores e deputados

Barbosa informou que o governo vai editar hoje portaria prevendo metas de gastos com custeio para os órgãos do Executivo. Isso inclui despesas com aluguel, luz, telefone e segurança, entre outros. Segundo ele, a economia não será alta. As metas de custeio fazem parte do esforço para conseguir fechar o ano com o superávit primário previsto na LDO: R\$ 55,3 bilhões para o governo federal.

Na sexta-feira, o governo anunciou contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões no Orçamento de 2015. A área que

sofreu maior corte foram os investimentos. Para cada um dos 594 parlamentares do Congresso, restaram R\$ 8,38 milhões em emendas individuais para empenhar provisoriamente neste ano. A execução depende da publicação de portaria com as regras para os ministérios. Barbosa não comentou quando a portaria sairá no *Diário Oficial da União*.

As emendas individuais no orçamento deste ano somam R\$ 9,7 bilhões, dos quais R\$ 7,7 bilhões são de execução obrigatória. Depois do contin-

genciamento, restou quase R\$ 5 bilhões, o que dá os R\$ 8,38 milhões por parlamentar.

Senadores e deputados criticaram o bloqueio de recursos para saúde e educação. Barbosa defendeu a medida e disse que o contingenciamento faz parte do ajuste fiscal para melhorar a situação das contas públicas.

A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), avaliou que os investimentos e despesas sociais foram os mais afetados pelos cortes e que a área social pagará a maior parte da conta.

(Com Agência Câmara)

Congresso lança frente contra pirataria

Foi instalada ontem no Congresso a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e do Combate à Pirataria. O objetivo é criar ações no Legislativo que fortaleçam inovação, competitividade e produtividade por meio de projetos e de estímulo para outras iniciativas que não dependam de leis.

A frente tem o deputado Nelson Marchezan Júnior (PSDB-RS) como presidente e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) como vice-presidente. A primeira iniciativa será listar os projetos de lei que tratam do assunto para acelerar a tramitação na Câmara e no Senado. Dois deles já foram identificados: os PLs 333/1999 e 63/2012, em análise na Câmara, que ampliam o rigor das penas dos crimes contra a propriedade intelectual e por reduzirem custos e burocracia.

— Sei da importância do tema, já atuei em outras iniciativas de promoção da propriedade intelectual — declarou Vanessa, que ainda sugeriu a conscientização de sindicatos e trabalhadores para a relevância da propriedade intelectual e do combate à pirataria como forma de proteger empregos.

Aprovada suspensão temporária de contrato de trabalho em caso de crise

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem uma proposta que amplia a alternativa legal para a suspensão de contratos de trabalho. O PLS 62/2013 autoriza a adoção dessa solução pelo período de dois a cinco meses quando o empregador, em razão de crise econômico-financeira, não puder manter a produção ou os serviços. Hoje, a suspensão ocorre só para o funcionário participar de cursos de qualificação profissional. A votação da proposta na comissão foi terminativa (sem necessidade de ir para o Plenário).

A proposta, de Valdir Raupp (PMDB-RO), havia sido aprovada pela CAS em primeiro turno em 2013. No turno suplementar, recebeu emendas e coube a Marcelo Crivella (PRB-RJ) analisá-las. Ele acatou uma sugestão que resgata o texto já vigente na lei, prevenindo o consentimento dos funcionários para a prorrogação do período de suspensão do contrato de trabalho além do prazo previsto, que havia sido eliminado na votação.

A proposta foi elogiada pelos integrantes da comissão, que

consideraram oportuna a aprovação no período de crise pelo qual o país está passando.

— É ilusão entender que o capital em si mesmo é inimigo do trabalho e que o trabalho é inimigo do capital. O que vejo é uma simbiose entre os dois, uma junção de interesses. O que se faz com esse projeto é exatamente premiar a negociação, o entendimento — disse o presidente da CAS, Edison Lobão (PMDB-MA).

A suspensão temporária de contratos já é prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por período de dois a cinco meses. Nesse caso, porém, o empregado deixa de trabalhar para obrigatoriamente participar de curso oferecido pelo empregador.

O chamado *layoff* exige previsão em convenção ou acordo de trabalho, além da concordância do empregador. É também uma alternativa para momentos de crise: o trabalhador fica sem salário, recebendo o seguro-desemprego, na forma de Bolsa Qualificação Profissional. O projeto inclui na CLT alternativa de *layoff* sem a necessidade de curso.

Proposta beneficia funcionários terceirizados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o PLS 447/2011, que possibilita a responsabilização solidária da administração pública e da pessoa jurídica que terceiriza serviços pelos encargos previdenciários e trabalhistas relativos ao terceirizado. A proposta vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), muitos trabalhadores de empresas terceirizadas são vitimados

por seus empregadores, que atrasam ou deixam de pagar salários, 13º e férias:

— O objetivo é ampliar a responsabilidade solidária, forçando a administração pública e o tomador de serviços a adotar melhores critérios para a escolha do prestador contratado e fiscalizar e acompanhar a prestação de serviço, senão responderá por ter escolhido errado.

Assim, as dívidas decorrentes de irregularidades previdenciárias e trabalhistas (estas, só

no caso de dolo ou culpa) cometidas pelo prestador contra os seus funcionários poderão ser cobradas diretamente da administração ou do tomador, sem que seja necessário, como no regime de responsabilidade subsidiária, o esgotamento das tentativas de cobrança do prestador contratado. A proposta é do ex-senador Sérgio Souza.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou que a responsabilização solidária é uma das grandes lutas dos que buscam a regulamentação da terceirização.

CPI do Carf ouvirá acusados de integrar esquema

A CPI que apura denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) aprovou ontem 11 requerimentos. A maioria dos requerimentos, de José Pimentel (PT-CE), pede a convocação de conselheiros do Carf supostamente envolvidos nas irregularidades, investigadas pela Operação Zelotes, da Polícia Federal. Além deles, devem ser convocados sócios de escritórios de contabilidade e de consultoria financeira que fariam parte do esquema.

— As informações que muito em breve teremos vão facilitar o nosso trabalho com relação à inquirição dessas pessoas — disse o presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

O esquema investigado consiste na manipulação de julgamentos, propiciando a redução de multas de sonegadores de impostos, com o envolvimento de empresas, escritórios de advocacia e de contabilidade, servidores públicos e conselheiros. O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda no qual os con-

tribuintes podem contestar multas aplicadas pela Receita Federal.

A investigação já comprovou prejuízos de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos. Otto Alencar (PSD-BA) apresentou requerimento para que o Carf envie a lista de quem deve mais do R\$ 100 milhões.

A relatora da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), deve entregar o plano de trabalho até a próxima semana.

A CPI acertou uma parceria com a Polícia Federal e a Polícia Fazendária.

Em encontro com prefeitos, presidente do Senado anunciou que terão prioridade de votação projetos de lei que beneficiam prefeituras na partilha de tributos

Renan promete votar textos pró-municípios



O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, prometeu acelerar a votação de projetos que garantem a regularidade de recursos repassados pela União aos municípios. Em discurso durante a 18ª Marcha dos Prefeitos, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, Renan defendeu a revisão do pacto federativo e criticou o ajuste fiscal feito pelo governo, que, segundo ele, “pune os mais pobres e penaliza os municípios”.

O pacto federativo estabelece as competências tributárias dos governos federal, estaduais e municipais e os mecanismos de partilha da receita dos tributos arrecadados. Segundo Renan, o país tem visto uma crescente concentração dos recursos na União.

— Esse ajuste fiscal é, na verdade, um embuste fiscal, porque penaliza o pobre, tributa a renda, tributa o salário. Os municípios brasileiros serão penalizados pelos cortes que a medida provisória faz — disse Renan, ao comentar a aprovação pelo Senado, na terça-feira, do projeto decorrente da Me-

didada Provisória (MP) 665/2014, que endurece as regras para a concessão do seguro-desemprego, do seguro-defeso e do abono salarial.

Agora, o projeto segue para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

— Precisamos de um ajuste fiscal que corte na carne, que diminua o tamanho do Estado — disse Renan.

Imposto sobre Serviços

No encontro, os prefeitos apresentaram as principais reivindicações ao Poder Legislativo, assim como já haviam feito os governadores em reunião com Renan e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Um dos principais resultados da reunião com os governadores foi a criação da Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo, que vai identificar todas as propostas em tramitação no Senado que têm relação com o pacto federativo e buscar um consenso para acelerar-lhes a votação. Entre as reivindicações dos prefeitos, está a proposta que diz que a União não pode mais criar despesas para os municípios sem indicar de onde virá a receita.



Presidente do Senado, Renan Calheiros discursando na Marcha dos Prefeitos: pacto federativo será redesenhado

Os gestores municipais também defendem a alteração da lei que trata da partilha dos recursos do Imposto sobre Serviços (ISS) para descentralizar a verba arrecadada. Pedem o fim das oscilações do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de renda da maioria das prefeituras brasileiras, e a aprovação de uma proposta determinando que a União complemente os valores que extrapolem 60% do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para o pagamento de pessoal em consequência do piso.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, avaliou que a crise que se abateu sobre os governos federal e estaduais agravou a situação dos municípios. Ele defendeu um diálogo mais intenso com o Congresso Nacional, principalmente diante do maior

protagonismo que o Legislativo tem assumido.

— Temos de trabalhar mais com o Congresso. Hoje o Congresso assumiu um protagonismo muito maior — disse.

No encontro, o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, defendeu a discussão e a elaboração de um novo pacto federativo. Ele disse que, embora representasse o governo federal no evento, continua sendo um municipalista.

Instalada comissão destinada ao fortalecimento da Federação

Foi instalada ontem a Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo, criada no Senado para reunir projetos de lei destinados a ajudar estados e municípios a superarem a crise. Walter Pinheiro (PT-BA), que presidirá o grupo, disse que vai discutir com o presidente da Casa, Renan Calheiros, um calendário especial para votação das propostas.

A comissão, que terá 90 dias para apresentar conclusões, terá Simone Tebet (PMDB-MS) como vice-presidente e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) como relator.

O ponto de partida será a pauta de reivindicações de governadores e prefeitos, apresentada ao presidente do Senado. Na terça-feira, às 14h, os integrantes se reunirão novamente para discutir o plano de trabalho. Uma das ideias defendidas por vários senadores é a criação de grupos para análise de temas específicos. Para Pinheiro, o roteiro de atividades deve ser enxuto.

— Devemos buscar um foco, um objetivo, ir ao encontro desse momento por que passam municípios, estados e a própria União e ter a capacidade de apresentar algo consistente, ainda que tenhamos que travar algumas batalhas

— disse o senador.

O relator, Fernando Bezerra Coelho, afirmou que a comissão atuará com senso de urgência, porque muitas propostas terão de ser votadas até 17 de julho, último dia de atividade legislativa neste semestre.

A ideia dele é separar temas sobre os quais há consenso daqueles que requerem mais tempo de análise, como a redução das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A reforma do imposto exige a criação de fundos de compensação e de desenvolvimento regional.

A vice-presidente, Simone Tebet, sugeriu inclusive a separação dos projetos entre os que produzem impacto financeiro na União e aqueles que não repercutem nas finanças públicas para facilitar o processo de aprovação. Ela afirmou que a repercussão das propostas sobre as contas do governo federal pode ser diluída ao longo do tempo.

Recursos

A senadora disse que a Constituição, 27 anos após a promulgação, está desfigurada em seus propósitos. Simone ressaltou que 60% dos recursos arrecadados concentram-se

na União, enquanto os estados ficam com 23% e os municípios, com apenas 17%. No outro extremo, disse ela, 90% dos serviços públicos são atribuídos a governos estaduais e prefeituras.

Uma das sugestões da senadora para melhorar o caixa de estados e municípios é a unificação de percentual de comprometimento da receita para o pagamento da dívida com a União. Esse comprometimento varia de 9% a 15%.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Eduardo Amorim (PSC-SE) defenderam uma parceria estreita entre Senado e Câmara na votação das propostas liga-

das ao pacto federativo. Moka sugeriu contato permanente com a comissão especial criada pela Câmara para cuidar do assunto. Amorim lembrou que muitas propostas são votadas no Senado e “guardadas” na Câmara.

Marta Suplicy (sem partido-SP) disse que transformou em projeto de lei uma das sugestões apresentadas na reunião dos governadores com o presidente do Senado, no dia 20. Trata-se do PLS 308/2015, que descentraliza o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa devolução, devida pelas operadoras de plano de saúde privados, fica integralmente com a União. A ideia da senadora é atribuir a metade do valor ao fundo de saúde do ente da Federação ao qual é vinculado o estabelecimento onde se deu o atendimento.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o trabalho da comissão especial poderá ficar na história e anunciou disposição de trabalhar intensamente pelos resultados.

Por sua vez, o senador Donizeti Nogueira (PT-TO) sugeriu como roteiro de trabalho “visualizar o país que queremos” e repactuar a divisão de receitas e recursos de acordo com essa ideia.



Comissão especial terá Walter Pinheiro (C) como presidente, Simone Tebet como vice e Fernando Bezerra como relator

Em sabatina na CI, Sérgio Lobo falou de obras e projetos sob responsabilidade da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Agora a indicação será analisada pelo Plenário

Comissão aprova indicado para dirigir ANTT

COM 18 VOTOS favoráveis e 1 contrário, a Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o nome de Sérgio de Assis Lobo para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A indicação da Presidência da República segue para decisão final do Plenário.

Em sabatina antes da votação, Lobo respondeu a questionamentos dos senadores. O presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), disse que a presença na sabatina de 19 dos 23 integrantes da CI mostra o reconhecimento da importância da agência.

— Precisamos que as agências reguladoras sejam revitalizadas na sua importante função de fiscalização — afirmou.

Blairo Maggi (PR-MT) questionou o indicado quanto à possibilidade de adoção de diferentes modalidades de concessão de rodovias, com obrigações variáveis das concessionárias e equivalente variação de valores dos pedágios.

Como exemplo, citou estradas em Mato Grosso cujo movimento de veículos não é rentável para grandes concessionárias, mas que são essenciais para o estado.

— Os empresários não ganham dinheiro com a estrada.



Sérgio Lobo fala aos senadores ao lado do presidente da comissão, senador Garibaldi Alves Filho: 18 votos a favor e 1 contra

O que os empresários querem são estradas em condição de transportar suas mercadorias.

Sérgio Lobo considerou “plenamente factível” a adoção de classes de concessão, apontando a necessidade de regulação das diferentes modalidades.

Diversos senadores relataram atraso ou paralisação de obras em rodovias.

— Temos obras importantes aguardando por décadas — disse Paulo Bauer (PSDB-SC).

O relator da indicação de Sérgio Lobo na CI, Wellington Fagundes (PR-MT), citou atrasos nas obras da BR-163.

— Enquanto a concessionária faz a sua parte, o trecho do Ministério dos Transportes, de Cuiabá a Serra de São Vicente, está parado — alertou.

O relator e Delcídio do Amaral (PT-MS) destacaram a formação e a experiência profissional de Sérgio Lobo.

Transoceânica

Em resposta a Acir Gurgacz (PDT-RO), Lobo disse que ainda não foi definido o tipo de cooperação com o governo da China para construção de ferrovia ligando o Brasil ao Oceano Pacífico, a Ferrovia Transoceânica. Até o momen-

to, disse, foi acertado o estudo de viabilidade.

Para Walter Pinheiro (PT-BA), seria um erro iniciar uma ferrovia desse porte antes da conclusão de outros projetos, como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, de Ilhéus (Bahia) a Figueirópolis (TO), e a Ferrovia Norte-Sul, de Barcarena (PA) a Rio Grande (RS).

— É a ausência de uma política para resolver os problemas das regiões, do ponto de vista de logística e de rotas de integração — afirmou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Valdir Raupp (PMDB-RO) fizeram apelo semelhante.

— Papel e mapa de ferrovia têm em tudo que é lugar, mas não sai do papel — lamentou Raupp, ao cobrar a execução de ramais no estado dele.

Hélio José (PSD-DF) pediu prioridade para a ampliação da malha ferroviária:

— As 11 capitais do Nordeste poderiam estar interligadas por trens de alta ou média velocidade, um transporte mais eficiente e barato.

Novas sabinas

Blairo Maggi e Sandra Braga (PMDB-AM) leram os relatórios que fizeram sobre as indicações de Marcelo Bruto da Costa Correia e Carlos Fernando do Nascimento, também indicados para cargos na ANTT.

Após a leitura, Garibaldi concedeu vista coletiva, devendo agendar a sabatina dos profissionais nas próximas reuniões da CI.

A comissão também aprovou ontem requerimentos para a realização de audiências públicas. Um deles foi apresentado por Acir Gurgacz para discutir as concessões e os investimentos em infraestrutura e logística anunciados pelo governo federal. O outro, de Hélio José, visa debater a autogeração de energia elétrica nas escolas.

Avança texto que obriga governo a economizar água

Foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 84/2014, que determina à administração pública federal a adoção de providências para economizar ou otimizar o uso de água em instalações sanitárias e hidráulicas.

O relatório pela aprovação foi de autoria de Romero Jucá (PMDB-RR), tendo sido lido na comissão por Simone Tebet (PMDB-MS).

A proposta sugere, além de outras medidas, a adoção de equipamentos como torneiras para piaas, registros para chuveiros e válvulas para mictórios que sejam aciona-

dos manualmente e com ciclo de fechamento automático ou que sejam acionados por sensor de proximidade.

Também propõe o uso de torneiras de acionamento restrito para as áreas externas e de serviços, além de bacias sanitárias com volume máximo de seis litros.

Para o caso de novos edifícios a serem construídos antes da entrada em vigor desta norma, e cujas obras ainda não tenham começado, eles deverão ser adaptados em 90 dias.

No caso de edifícios já iniciados ou construídos, haverá prazo de um ano para a adaptação.

Como medida de coerção, o projeto, que agora será analisado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), determina que os dirigentes dos órgãos que deixarem de tomar as providências necessárias estarão incorrendo em crime ambiental.

“A economia da água impõe-se como uma diretriz indispensável para a gestão pública. Seja porque o desperdício implica o esgotamento precoce de mananciais, seja porque a utilização de novos investimentos muito altos”, afirma Jucá no relatório aprovado pela CDF.

Audiência discutirá indenizações para afetados por construção de barragem

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) fará uma audiência pública sobre indenizações para as milhares de famílias desapropriadas na construção da barragem de Sobradinho, na Bahia, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). A audiência foi proposta pelos senadores baianos Walter Pinheiro (PT) e Lídice da Mata (PSB).

As desapropriações ocorreram em 1976, desalojando 12 mil famílias. Desse universo, 8,6 mil famílias da zona rural eram de “miseráveis expulsos de suas terras de forma violenta pelo regime militar”,

segundo justificam os senadores no requerimento.

“Foi a maior migração forçada depois da 2ª Guerra, e a comparação com o nazismo não é de todo gratuita”, afirmam os parlamentares, acrescentando que era comum na época os ribeirinhos se referirem à Chesf com termos como “besta-fera” ou “monstro do Apocalipse”.

Foram convidados para a audiência representantes da Advocacia-Geral da União, da Ordem dos Advogados do Brasil e dos trabalhadores rurais.

“Uma parte daquela população ainda vaga até hoje miserável”, dizem os senadores.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Senador Waldemir Moka, relator do projeto que determina prioridade ao transporte de órgãos, apresentou substitutivo

Transporte de órgãos para transplante será prioritário

Projeto foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais e passará por votação complementar no colegiado. Pela proposta, entidades públicas e empresas privadas deverão transportar órgão gratuitamente

OS ÓRGÃOS PÚBLICOS civis e militares e as empresas públicas e privadas que usam veículos de transporte de pessoas e cargas serão obrigados a dar prioridade ao transporte de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante e tratamento e também dos integrantes da equipe de captação e distribuição de órgãos que acompanhará o material. É o que determina o substitutivo ao PLS 39/2014, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta ainda deve passar por votação complementar.

— Tive contato com o Ministério da Saúde e com pessoas e entidades que fazem transplante. Temos um modelo que já funciona, só não é regulamentado, e o projeto faz isso, contempla peculiaridades — disse o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS).

Pelo projeto aprovado, o transporte será gratuito e coordenado pelo Sistema Nacional de Transplantes, por meio da Central Nacional de Transplantes, realizado de forma articulada entre o remetente, o transportador e o destinatário, sempre observando o tempo adequado para a preservação de cada tipo de órgão ou tecido.

O texto diz que será classificado como “justa causa” um possível cancelamento de reserva de passageiro na aviação privada, em virtude de lotação esgotada no veículo, para o transporte de órgão. Isso isentará a empresa de responder por descumprimento de contrato de transporte.

As empresas e as instituições que se recusarem, sem justa causa, a fazer o transporte de órgãos ou tecidos para fins de transplante e tratamento estão sujeitas a penalidades de 100 a 150 dias-multa. Se, por essa recusa, o material para transplante for perdido, a multa passa a ser de 150 a 360 dias-multa. Além disso, ao não observarem os requisitos previstos em lei para o transporte, as empresas incorrerão em pena que varia de advertência, interdição e multa.

Segundo o Código Penal, o dia-multa é o valor unitário a ser pago pelo réu a cada dia de multa determinado pelos magistrados. O máximo permitido são 360 dias-multa. O valor do dia-multa, a ser recolhido ao Fundo Penitenciário Nacional, pode chegar a 15 salários mínimos, a depender da situação econômica do réu.

Em seu substitutivo, Moka modificou pontos do projeto original, como o item que reservava espaço em todos os voos à acomodação do material a ser transportado. Para o senador, a medida poderia resultar em ônus excessivo para as empresas, uma vez que elas estariam impedidas de vender tais vagas mesmo quando inexistir órgão ou tecido a ser transportado.

Originalmente, o projeto determinava que o transporte fosse feito a título oneroso, quando hoje é feito de forma gratuita, mediante acordo e adesão voluntária das empresas privadas. Segundo Moka, não seria justo cobrar por isso. — Não acredito que nenhuma empresa ou a Aeronáutica vão deixar de transportar um órgão e é claro que esse órgão tem que ser acompanhado por alguém da equipe do transplante — afirmou.

Vários senadores elogiaram a proposta. Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o texto regulamenta uma “operação de alto nível, complexidade e delicadeza”. Lídice da Mata (PSB-BA) pediu que se crie uma campanha para incentivar as doações de órgãos, já que o número de doadores vem caindo.

Avança projeto de auxílio por doença de parente ou cônjuge

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o projeto que cria mais um tipo de benefício da Previdência Social, o auxílio-doença parental (PLS 286/2014). A proposta tem decisão terminativa na comissão.

Pelo projeto, será concedido auxílio-doença por motivo de doença do cônjuge, dos pais, dos filhos, do padrasto, da madrasta, do enteado ou de dependente que viva a expensas do beneficiário e conste da sua declaração de rendimentos. O auxílio se dará mediante comprovação por perícia médica, até o limite máximo de 12 meses.

A autora da proposta, Ana Amélia (PP-RS), afirma, na justificativa ao projeto, que o texto busca dar tratamento isonômico aos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em relação aos

segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Segundo ela, a regra em vigor no RGPS prevê o benefício só a quem sofreu lesão incapacitante ou a quem tem problema psiquiátrico.

— Parece existir então o que se chama de proteção insuficiente quanto aos segurados do regime geral, o que não se pode permitir — diz.

Para Ana Amélia, o texto traria economia aos cofres públicos, já que a presença do familiar pode auxiliar no tratamento e diminuir o tempo de internação do paciente.

A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), salientou que há duas classes de segurados: os do regime próprio, com direito ao auxílio-doença parental, e os do regime geral, sem o direito, embora sem vedação expressa. A proposta, disse, corrige a omissão.

Proposta obriga recém-formado da saúde a prestar serviço social

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem a transformação em projeto de lei de sugestão legislativa (SUG 20/2011) que obriga profissionais de saúde formados em universidades públicas a prestar, por dois anos e em tempo integral, serviço compulsório em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta foi apresentada no Programa Senado Jovem Brasileiro e recebeu parecer favorável do relator ad hoc, senador José Medeiros (PPS-MT).

A SUG 20/2011 modifica o dispositivo da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990), que trata da política de recursos humanos da área. Apesar de estabelecer o serviço temporário no SUS, o texto não estipula a forma de contratação ou remuneração

dos profissionais, segundo observou o relator no parecer.

O relatório informa, ainda, que já tramitam no Congresso proposta de emenda à Constituição (PEC 36/2011) e dois projetos de lei do Senado (PLS 168/2012 e PLS 79/2013) que criam e regulam o serviço civil obrigatório para profissionais de saúde. As proposições são de iniciativa, respectivamente, de Humberto Costa (PT-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF) e do ex-senador Jayme Campos.

“A existência dessas proposições denota, portanto, o interesse do Senado Federal em discutir a matéria”, afirmou Medeiros, defendendo que qualquer medida destinada a aumentar o acesso da população aos serviços públicos de saúde seja examinada pela Casa.

Comissão avalia flexibilização de porte de armas

Uma sugestão legislativa (SUG 12/2014) que garante o porte de armas a cidadão “devidamente qualificado” gerou debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem, antes de ser retirada da pauta em razão de pedido de vista coletiva. A proposta foi encaminhada pelo Portal e-Cidadania e recebeu parecer pela rejeição do relator, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Segundo o parecer, a sugestão não foi estruturada como proposição legislativa tradicional. Veio acompanhada apenas pela constatação de que “o cidadão de bem não possui o direito ao porte

de armas”, apontando como maiores beneficiários do Estatuto do Desarmamento “os bandidos, que obtêm armas através das fronteiras, e não em lojas sérias”.

Na ausência de Davi, Regina Sousa (PT-PI) assumiu o parecer dele pela rejeição da iniciativa. O debate sobre o tema foi iniciado por José Medeiros (PPS-MT), que disse ter participado da campanha pelo desarmamento, mas propôs reflexão sobre a restrição, fazendo um relato pessoal.

— Minha filha estava com 3 meses quando quatro pessoas tentaram arrombar a nossa casa. Como tinha porte de

arma, dei um tiro para assustar os assaltantes, que correram, e foi o que salvou a minha família — revelou.

Apesar de considerar o desarmamento como o cenário ideal, o senador não acredita na viabilidade de uma medida radical quando o Estado não dá a proteção ao cidadão. Telmário Mota (PDT-RR), Dário Berger (PMDB-SC) e Douglas Cintra (PTB-PE) julgaram a ponderação pertinente.

Na outra ponta, Regina Sousa e Hélio José (PSD-DF) opinaram pela manutenção do rigor imposto pelo estatuto.

— Naquele momento, a arma foi a salvação porque o senhor



Medeiros fez relato pessoal e propôs reflexão sobre restrições ao porte

[Medeiros] era um policial treinado, mas esse poderia não ser o resultado para o cidadão comum — comentou Regina.

Ex-detentor de porte, Hélio José disse acreditar que a arma pode gerar mais violência.

CPI do Assassinato de Jovens faz reunião hoje

Foi adiada para hoje, às 9h30, a reunião da CPI do Assassinato de Jovens que estava marcada para ontem. Na pauta da reunião, estão três requerimentos de audiência fora do Senado — em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e no Maranhão.

A comissão parlamentar de inquérito do Senado foi instalada para investigar as causas do grande número de assassinatos de jovens no país.

Em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que discutiu a situação do futebol feminino, senador afirmou que “ladrão tem que ir para a cadeia”

Romário exalta FBI e comenta prisão de Marin

O SENADOR ROMÁRIO (PSB-RJ) comentou ontem a prisão do ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) José Maria Marin, na Suíça. O parlamentar criticou o dirigente, chamando-o de corrupto e ladrão e parabenizou a atuação da polícia. Ele também lamentou o fato de Marin não ter sido preso no Brasil e disse ser o indicativo do “início de um grande futuro para o futebol brasileiro”.

— Corruptos e ladrões que fazem mal ao futebol foram presos hoje, inclusive José Maria Marin. Ladrão tem que ir para a cadeia. Parabéns ao FBI. Infelizmente não foi a gente quem prendeu — afirmou durante audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O senador também chamou de “ladrão, safado e ordinário” o atual presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, e disse que o futebol nacional está desse jeito por conta de pessoas que não estão interessadas em ajudar, mas só em dinheiro.

José Maria Marin foi preso com outros seis dirigentes num hotel em Zurique, onde participaria de um congresso para eleger o novo comando da Fifa, órgão que comanda o futebol em todo o mundo. Eles são investigados por autoridades norte-americanas e acusados de corrupção.

A CE esteve reunida durante toda a manhã para um debate sobre a situação do futebol feminino no país.

Para Romário, a categoria nunca interessou à CBF porque não dá lucro e, se não há dinheiro, “eles não podem roubar”. O senador só poupou Marco Aurélio Cunha, diretor de Futebol Feminino da entidade, que participou da audiência pública. O ex-jogador disse confiar no trabalho do diretor e acreditar em melhorias futuras:

— Gostaria de abrir uma exceção, dizendo que existe, sim, pessoas honestas e competentes na CBF e uma delas está



No debate com Leila Barros, Fátima Bezerra e Alex Ellis, Romário disse que a detenção do dirigente pode significar “um grande futuro para o futebol brasileiro”

aqui, o Marco Aurélio Cunha, cuja história já conheço. Posso dizer que passei a acreditar que o futebol feminino pode dar um salto — acrescentou.

Futebol feminino

Para Cunha, o incremento do futebol feminino passa por ações que não cabem só à CBF. A primeira delas é papel das escolas, que deve incentivar o jogo misto, com meninos e meninas brincando juntos, o que já é feito em países desenvolvidos:

— Por que o menino recebe uma bola de futebol e a menina vai jogar queimada? A separação só deve ocorrer com o crescimento das crianças. Na formação básica, pode-se misturar. E é assim nos países mais desenvolvidos, como Suécia, Canadá, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Alemanha. Será que eles estão errados? — indagou.

A entidade maior do futebol brasileiro foi alvo de críticas do presidente da Associação Fifa-Cies-FGV Alumini (AFCFA), Marco Antonio Teixeira, que reclamou da postura da instituição em relação ao legado da Copa de 2014.

Segundo ele, a CBF tem planos de construir 15 centros de treinamento (CTs) nas cidades que não receberam jogos da competição, o que é um plano de caráter meramente político.

— Não pode ser assim. O legado da Copa é do povo e a CBF não pode decidir sozinha o que fazer. Ainda dá tempo porque não começaram as construções. A previsão de

Pedido por CPI da CBF é protocolado

Romário (PSB-RJ) protocolou requerimento solicitando a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O pedido tem as assinaturas de 52 senadores, mais da metade da composição da Casa.

— Este é o momento de definitivamente moralizarmos o nosso futebol e não podemos perder a oportunidade. Esperamos desmontar de uma vez por todas essa caixa-preta que existe dentro da CBF — afirmou.

Ele adiantou que conversará com o presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre a possibilidade de ser o relator da futura CPI.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que tentou criar uma CPI para investigar a CBF em 2014, louvou a proposta e dirigiu críticas à CBF.

— Fico feliz com uma iniciativa para colocar a limpo o futebol brasileiro. Essa é

uma empresa dirigida há 30 anos por um gangue de corruptos, que praticam lobby.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), manifestou apoio, mas recomendou cautela na condução de uma investigação parlamentar sobre a confederação.

Alvaro Dias (PSDB-PR) mostrou-se favorável, mas, na visão dele, seria mais eficaz que o Congresso discutisse a elaboração de uma legislação que reforce o controle público sobre a confederação.

Zeze Perrella (PDT-MG) anunciou em Plenário que também iniciaria coleta de assinaturas para criar uma CPI com o mesmo objetivo. Em 2013, Perrella foi contra a criação de uma CPI da CBF e agiu para convencer colegas a retirar assinaturas.

Desta vez, contudo, ele disse entender que as circunstâncias são diferentes.

entrega é de março de 2018, um mês após a eleição na entidade. Evidentemente é um projeto político — afirmou o representante da AFCFA, que atua nas áreas de gestão, marketing e direito esportivos.

Dívidas

Fátima Bezerra (PT-RN) destacou a importância da Medida Provisória 671/2015, em tramitação no Senado, que trata da responsabilidade fiscal dos clubes brasileiros. Uma das contrapartidas exigidas para que as agremiações endividadas obtenham refinanciamento das dívidas é o investimento nas categorias de base e no futebol feminino, ponto que precisa ser defendido, segundo a parlamentar:

— Temos que fortalecer essa

iniciativa prevista no texto da MP. Não por acaso a luta das mulheres contra o preconceito é secular e temos longa caminhada pela frente. De 81 senadores, há só 13 mulheres. E essa realidade se reflete em outras áreas, inclusive no campo esportivo — disse.

Omar Aziz (PSD-AM) propôs que as escolas particulares mantenham as equipes femininas de futebol. O senador, que foi governador do Amazonas, admitiu que não faria novamente uma arena como a construída em Manaus para receber os jogos da Copa.

— Fui governador e construí uma arena. Se me perguntassem se faria de novo, não faria. O custo-benefício para a população foi só endividamento. Ainda fiz dois CTs para duas

seleções treinarem porque fui obrigado e estão lá hoje servindo a um futebol que está na Série D — lamentou.

Também participaram da audiência da CE a jogadora da Seleção Brasileira Debinha; a coordenadora-geral de Direitos do Trabalho das Mulheres da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Beatriz Gregory; o embaixador do Reino Unido, Alex Ellis; a secretária do Esporte e Lazer do Distrito Federal, Leila Barros; a coordenadora-geral de Futebol Profissional do Ministério do Esporte, Mariléia dos Santos, conhecida como Michael Jackson; o superintendente de Marketing da Caixa, Gerson Bordignon; e o secretário de Futebol do Ministério do Esporte, Rogerio Hamam.

Senado e Câmara debaterão violência por orientação sexual

Quatro requerimentos de audiência foram aprovados ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Um deles, de Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão, solicita audiência sobre denúncia de desrespeito a direitos trabalhistas na rede McDonald's.

— Sindicalistas dos Estados Unidos, do Canadá e do Brasil estão preocupados com a forma com que são tratados os trabalhadores da rede McDonald's. Painelistas de diversos países deverão vir aqui dialogar sobre a situação desses trabalhadores, que enfrentam terceirização, trabalho sem

limite e sem atendimento dos direitos básicos — informou Paim.

Também foi aprovado requerimento de Marta Suplicy (sem partido-SP), apoiado por Paim, João Capiberibe (PSB-AP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Lídice da Mata (PSB-BA), solicitando audiência sobre atos de violência motivados por identidade de gênero e orientação sexual. O debate deverá ser em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Os senadores também aprovaram audiência sobre projeto de Cristovam

Buarque (PDT-DF) que institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros (PLS 9/2008). Autor do requerimento, Telmário Mota (PDT-RR) considerou adequado debater a proposta com representantes de entidades ligadas aos povos indígenas, de forma a cumprir o estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Pela convenção, é necessário consulta prévia aos povos interessados, “por meio de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas

suscetíveis de afetá-los diretamente”.

A CDH aprovou ainda requerimento de Humberto Costa (PT-PE), subscrito por Regina Sousa (PT-PI), para debater projeto imobiliário e de urbanização no Cais José Estelita, no Recife.

Segundo Humberto, o empreendimento prevê a construção de polos empresariais, residenciais e culturais na área. Após o início das obras, no primeiro semestre de 2014, uma forte mobilização popular acabou provocando a paralisação. É a discussão em torno desse impasse que o parlamentar quer trazer para o Senado.